

Projetos - Denominações

1) PL 396/2012	Ver. ITALO CARDOSO (PT)	Votação: Aprovado			
DENOMINA PRAÇA HELIA MARIA DE SOUZA GOMES, O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO LOCALIZADO NA ALTURA DO NÚMERO 354 DA RUA DIONÍSIO BELLANTE, BAIRRO JARDIM SANTA FÉ, SÃO PAULO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Relator: Ver. NELO RODOLFO (PMDB)		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					
Obs:					

2) PL 414/2012	Ver. ELISEU GABRIEL (PSB)	Votação: Aprovado			
DENOMINA PRAÇA CÍCERO ROMÃO BATISTA, O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO LOCALIZADO NA CONFLUÊNCIA DA AV. OTAVIANO ALVES DE LIMA COM A RUA JOSÉ PAPATERRA LIMONGI - SUBPREFEITURA DA CASA VERDE, ZONA NORTE DA CAPITAL.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Relator: Ver. NELO RODOLFO (PMDB)		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					
Obs:					

Projetos

3) PL 528/2010	Ver. MARCO AURELIO CUNHA (PSD)	Votação: ADIADO			
ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 9.479, DE 8 DE JUNHO DE 1982, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (REF. AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DO USO DA ÁREA MUNICIPAL SITUADA NA AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE PELO SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE).			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Relator: Ver. NELO RODOLFO (PMDB)		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					
Obs: ADIADO POR 5 SESSÕES NA RO DE 08/05/2013.					

4) PL 46/2011	Ver. CHICO MACENA (PT)	Votação: Aprovado			
DISPÕE SOBRE O MAPEAMENTO DO SUBSOLO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Relator: Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente
Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2013

Data da Reunião: 08/05/2013 - Horário: 13:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Obs:

5) PL 69/2011	Ver. PAULO FRANGE (PTB)	Votação: Aprovado			
ACRESCE A ALÍNEA "I" AO ARTIGO 2º, INCISO I E § 7º E § 8º AO ARTIGO 8º, AMBOS DA LEI Nº 15.150, DE 06 DE MAIO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (POLO GERADOR DE TRÁFEGO - PASSA A INCLUIR OS CEUS)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Relator: Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					
Obs:					

6) PL 478/2011	Ver. NATALINI (PV)	Votação: ADIADO			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE LAVATÓRIOS EM FEIRAS E EVENTOS QUE COMERCIALIZAM ALIMENTOS PARA PRONTO CONSUMO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Relator: Ver. PAULO FRANGE (PTB)		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					
Obs: PEDIDO DE INFORMAÇÕES AO EXECUTIVO NA RO DE 08/05/2013.					

7) PL 548/2011	Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)	Votação: Aprovado			
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU INCIDENTE SOBRE IMÓVEIS QUE SEJAM DECLARADOS DE UTILIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)			X
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)		X	
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Relator: Ver. NELO RODOLFO (PMDB)		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					
Obs: CONCEDIDO VSITAS AO VER. POLICE NETO NA RO DE 17/04/13					

8) PL 453/2012	Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)	Votação: Aprovado			
DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE ESPAÇO LIVRE, LOCALIZADO NA ALTURA DO NÚMERO 399 DA RUA COMENDADOR ELIAS ASSI, COMO VIELA JACOB AGUIAR, DISTRITO DE CAXINGUI-BUTANTÃ.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Relator: Ver. PAULO FRANGE (PTB)		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					
Obs:					

9) PL 486/2012	Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação: Aprovado			
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO JÁ, E FIXA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. PAULO FRANGE (PTB) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
Obs:					

Requerimentos

10) REQ. URB 7/2013	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
Data do Requerimento: 03/04/2013	
<p>Considerando que o debate sobre o Plano Diretor Estratégico é o grande momento no qual os paulistanos podem exercer em maior profundidade seu mais essencial direito de cidadania que é participar do processo decisório sobre o futuro que se deseja para a cidade;</p> <p>Considerando as esclarecedoras informações trazidas à sociedade pelo prefeito, pelo secretário Fernando de Mello Franco e pelo diretor do Departamento de Urbanismo Kazuo Nakano, no evento organizado pelo Fórum Suprapartidário por uma São Paulo Saudável e Sustentável no início do ano;</p> <p>Considerando que no referido evento o prefeito apontou que o plano aprovado em 2002 precisa ser aperfeiçoado e “todo subsídio da sociedade é bem-vindo” e a administração também demonstrou todo seu espírito democrático e respeito à opinião da sociedade ao não apresentar propostas específicas sobre as mudanças que considera necessárias para que “os conteúdos da revisão do Plano Diretor, nós vamos construir juntos”, nas palavras do Diretor do Departamento de Urbanismo.</p> <p>Considerando que a proposta de realização de duas rodadas de discussão com a sociedade para a coleta das propostas e devolutivas “para informar aos participantes como suas contribuições estão sendo incorporadas” certamente enriquecerá muito a análise crítica capaz de apontar, como foi dito pelo diretor, “o que deu certo e o que deu errado” no PDE de 2002 e assim aprimorá-lo e consolidar a experiência acumulada.</p> <p>Considerando também a apresentação feita pelo Secretário sobre o “Arco do Futuro” tema diretamente ligado ao PDE e que pelas linhas gerais pode realmente transformar-se de um projeto de governo em um projeto de Estado conjugado ao PDE, após ganhar conteúdo trazido pela sociedade.</p> <p>Considerando que na escala dos distritos a participação popular se dá de forma mais completa, pois os cidadãos tem maior conhecimento das demandas e vivência do território e ao mesmo tempo nesta escala já existem todos os dados secundários necessários ao planejamento coletados;</p> <p>REQUEIRO, nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta Comissão seja oficiado ao Executivo e ao Fórum Suprapartidário por uma Cidade Saudável e Sustentável o pedido desta comissão para que as esclarecedoras apresentações mencionadas sejam realizadas em todos os distritos e as audiências de avaliação, de propostas e devolutivas relativas ao Plano Diretor sejam realizadas em cada um dos 96 distritos</p>	

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente
Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2013

Data da Reunião: 08/05/2013 - Horário: 13:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Votação: ADIADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

11) REQ. URB 15/2013	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)
Data do Requerimento: 23/04/2013	

Com meus cordiais cumprimentos venho à presença de Vossa Senhoria a fim de apresentar o pedido para a realização de duas audiências públicas referentes ao PL 54/2013 de autoria no nobre Vereador Ricardo Nunes.

Certo de poder contar com a atenção de Vossa Excelência, apresento meus protestos de elevada estima e apreço.

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

12) REQ. URB 16/2013	Ver. PAULO FRANGE (PTB)
Data do Requerimento: 26/04/2013	

CONSIDERANDO a Lei 11.774/95, que estabelece diretrizes e mecanismos para a implantação da Operação Urbana Água Branca, define programa de melhorias, previsto para a área objeto da Operação, bem como, a arrecadação decorrente de outorga onerosa;

CONSIDERANDO o Art. 18 da Lei 11.774/95 cria o Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca – FEAB, vinculado à realização dos objetivos desta lei e ações decorrentes a cargo da Prefeitura do Município de São Paulo.

CONSIDERANDO que o Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca – FEAB será administrado por um Conselho composto por 7 (sete) membros, nomeados pelo Prefeito na seguinte conformidade:

CONSIDERANDO que conforme o § 2º do Art. 18 da Lei 11.774/95, constituem receitas do Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca – FEAB:

I – Valores em dinheiro ou bens imóveis correspondentes à contrapartida;

II – Rendas provenientes da aplicação de seus próprios recursos;

III – Rendas resultantes da cobrança de Contribuição de Melhoria aplicadas na área da Operação Urbana;

IV – Retorno dos financiamentos das habitações de interesse social;

V – Quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados.

CONSIDERANDO que conforme o § 4º do Art. 18 da Lei 11.774/95, os recursos do Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca – FEAB serão aplicados exclusivamente em investimentos a serem efetivados na Operação Urbana, atendidos os objetivos propostos por esta lei, e na execução das obras previstas no Quadro nº I anexo.

CONSIDERANDO que o Art. 19 da Lei 11.774/95, estabelece para os recursos das Contribuições de Melhoria cobradas em razão de obras públicas executadas com recursos da Operação Urbana Água Branca serão repassados, pelo Executivo, ao Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca – FEAB, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do seu recebimento;

CONSIDERANDO o Art. 22 da Lei 11.774/95, estabelece que as despesas decorrentes desta lei correrão por conta dos recursos do Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca - FEAB e de dotações orçamentárias próprias;

CONSIDERANDO que o Art. 1º do Anexo I estabelecido no Decreto nº 35.532/95, constitui os objetivos da gestão dos recursos do Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca – FEAB;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a aplicação dos recursos auferidos pela Operação Urbana, conforme Art. 6º do Anexo I estabelecido no Decreto nº 35.532/95 ;

CONSIDERANDO que os Decretos compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a aplicação dos recursos auferidos pela Operação Urbana, conforme Art. 6º do Anexo I estabelecido no Decreto nº 35.532/95 ;

Requeiro, nos termos regimentais, que o Conselho Administrador, qualificado no art. 18, §1º da Lei nº 11.774/95, envie a esta douta Comissão os Relatórios Analíticos do Fundo Especial da Operação Urbana, no período dos últimos 5 (cinco) anos.

Votação: APROVADO

	Favor	Contra	Abst.
Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente
Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2013

Data da Reunião: 08/05/2013 - Horário: 13:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

13) REQ. URB 17/2013	Ver. PAULO FRANGE (PTB)
Data do Requerimento: 26/04/2013	
<p>CONSIDERANDO que o Projeto de Lei 505/2012 do Executivo estabelece novas diretrizes gerais, específicas e mecanismos para a implantação da Operação Urbana Consorciada Água Branca e define programa de intervenções para a área da Operação e revoga a Lei nº 11.774, de 18 de maio de 1995.</p> <p>CONSIDERANDO que o artigo 3º, cria setores e subsetores, com o objetivo de tratar de forma diferenciada as desigualdades existentes na região, privilegiando as funções relacionadas com a paisagem urbana, a distribuição espacial da população, das atividades econômicas e sociais, da oferta de infraestrutura e de serviços urbanos;</p> <p>CONSIDERANDO que o inciso V, define o SETOR E: começando na confluência da projeção do eixo da Ponte Julio de Mesquita Neto com a Avenida Presidente Castelo Branco, segue pela Avenida Presidente Castelo Branco até a Rua Dr. Zimon Leirner, segue pela Rua Dr. Zimon Leirner até a Rua Edgar Theotônio Santana, segue pela Rua Edgar Theotônio Santana até a Rua Dr. Moisés Kahan, segue pela Rua Dr. Moisés Kahan até a Praça Pascoal Martins, contorna a Praça Pascoal Martins e chega à Avenida Marquês de São Vicente, cruza a Avenida Marquês de São Vicente, contorna a Praça Pascoal Martins e chega até a Rua Robert Bosch, segue pela Rua Robert Bosch até o ponto P situado na confluência das divisas dos lotes com número de contribuinte 197.039.0049 e 197.039.0050 com a Rua Robert Bosch, segue pela divisa dos lotes com números de contribuinte 197.039.0049 e 197.039.0050 até o ponto Q, situado na confluência das divisas dos lotes com números de contribuinte 197.039.0049, 197.039.0050 e 197.039.0004, configurando o segmento PQ, segue pela divisa dos lotes até o ponto R situado na confluência da divisa dos lotes com números de contribuinte 197.056.0052 e 197.056.0047, configurando o segmento QR, segue sobre a divisa dos lotes com números de contribuinte 197.056.0052 e 197.056.0047 até a Rua Gustav Willy Borghoff, segue pela Rua Gustav Willy Borghoff até a projeção do eixo do Viaduto Pompéia, segue pelo Viaduto Pompéia até a Avenida Nicolas Boer, segue pela Avenida Nicolas Boer até a Praça José Vieira de Carvalho Mesquita, contorna a Praça José Vieira de Carvalho Mesquita, segue pela Avenida Nicolas Boer até o ponto inicial;</p> <p>CONSIDERANDO que a alínea “b”, define o SUBSETOR E2: começando na confluência da Praça José Vieira de Carvalho Mesquita com as avenidas Nicolas Boer e Marquês de São Vicente, segue pela Avenida Marquês de São Vicente até o ponto N, situado na confluência das divisas dos lotes com números de contribuinte 197.035.0006 e 197.039.0062 com a Avenida Marquês de São Vicente, segue pela divisa dos lotes com números de contribuinte 197.035.0006 e 197.039.0062 até o ponto O, situado na confluência das divisas dos lotes com números de contribuinte 197.035.0001, 197.036.0006, 197.039.0001 e 197.039.0084, configurando o segmento NO, segue pela divisa dos lotes com números de contribuinte 197.039.0004, 197.039.00050, 197.039.0051, 197.039.0005, 197.039.0083, 197.039.0084, 197.039.0002 até o ponto Q, situado na confluência das divisas dos lotes com números de contribuinte 197.039.0049, 197.039.0050 e 197.039.0004, configurando o segmento OQ, segue pela divisa dos lotes com números de contribuinte 197.039.0049, 197.039.0006, 197.0039.0008, 197.0039.0066, 197.0039.0074, 197.0039.0086, 197.056.0052 e 197.056.0047 até o ponto R, situado na confluência da divisa dos lotes com números de contribuinte 197.056.0052 e 197.056.0047, configurando o segmento QR, segue sobre a divisa dos lotes com números de contribuinte 197.056.0052 e 197.056.0047 até a Rua Gustav Willy Borghoff, segue pela Rua Gustav Willy Borghoff até a projeção do eixo do Viaduto Pompéia, segue pela projeção do eixo do Viaduto Pompéia até a Avenida Nicolas Boer, segue pela Avenida Nicolas Boer até o ponto inicial;</p> <p>CONSIDERANDO que no Art. 48. o Subsetor E2 deverá ser objeto de loteamento, observadas as normas comuns referentes ao parcelamento do solo, em especial quanto à necessidade de</p>	

implantação das infraestruturas viária, de iluminação, drenagem e coleta de esgotos, ressalvadas as regras específicas estabelecidas por esta lei.

§ 1º. O projeto de loteamento, a ser aprovado pelo órgão municipal competente, ouvida a SP-Urbanismo, deverá contemplar a destinação de áreas públicas, atendidas concomitantemente as seguintes regras:

I - o sistema viário e as áreas verdes e institucionais observarão o Plano Urbanístico constante do Mapa V, anexo à presente lei, podendo ser admitidas divergências de até 5% (cinco por cento) nas áreas ou dimensões lineares, desde que o somatório de tais áreas a serem destinadas corresponda a pelo menos 40% (quarenta por cento) da área total do Subsetor E2;

II - deverão ser identificadas, entre as áreas apontadas indistintamente como verdes ou institucionais no Mapa V, anexo à presente lei, quais serão destinadas para cada uma de tais finalidades, na proporção mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para as áreas verdes;

III - deverá também ser destinada área para implantação de programas habitacionais, com área mínima de 10% (dez por cento) do total do Subsetor E2, podendo a Municipalidade solicitar o registro de tais áreas diretamente em nome da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB.

§ 2º. Para a efetivação do loteamento, os registros imobiliários correspondentes ao Subsetor E2 serão objeto de unificação, devendo a nova matrícula abranger as áreas referentes a vias públicas anteriormente existentes, as quais serão objeto de averbação, de forma a fazer constar que farão parte das áreas destinadas como públicas no âmbito do loteamento, a serem objeto de futuro registro.

§ 3º. Não se aplica ao Subsetor E2 o incentivo à doação de terreno para implantação de melhoramento público, previsto no artigo 27 desta lei.

§ 4º. Os lotes resultantes do loteamento terão um incremento de 50% (cinquenta por cento) em seu coeficiente de aproveitamento básico.

§ 5º. A totalidade dos empreendimentos imobiliários a serem implantados nas áreas referidas no inciso III do § 1º deste artigo deverá atender à proporção mínima de 80% da área computável para usos residenciais e de 40% (quarenta por cento) da área computável para Habitações de Interesse Social.

§ 6º. Enquanto não for efetuado o loteamento do Subsetor E2, os projetos de edificação ou reforma para os lotes nele inseridos não poderão utilizar potencial adicional de construção e deverão observar o limite de área construída computável máxima de 500 (quinhentos) metros quadrados.

CONSIDERANDO que o Art. 49. estabelece, fica a SP-Urbanismo autorizada a participar, como quotista, de fundo de investimento imobiliário, instituído nos termos da Lei Federal nº 8.668, de 25 de junho de 1993, ou legislação que venha a sucedê-la, para o fim de efetuar o loteamento do Subsetor E2, nos termos previstos nesta lei.

§ 1º. Para que seja admitida a participação da SP-Urbanismo, nos termos do “caput” deste artigo, o fundo de investimento imobiliário:

I - deverá contar com a adesão dos proprietários de imóveis correspondentes a mais de 50% (cinquenta por cento) da área privada contida no Subsetor E2;

II - deverá possuir natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos quotistas, sendo sujeito a direitos e obrigações próprios, na forma da legislação aplicável;

III - deverá ser administrado e gerido por entidade profissional devidamente habilitada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários;

IV - deverá ter por finalidade a segregação e valorização dos ativos, visando à realização de investimentos destinados ao loteamento do Subsetor E2 e outros correlatos;

V - poderá contar com a participação de outros investidores quotistas, públicos ou privados, desde que tal participação seja compatível com a finalidade do fundo;

VI - deverá permitir a integralização de capital em imóveis situados no Subsetor E2, podendo tal integralização de imóveis ser efetuada em sociedade de propósito específico controlada pelo fundo;

VII - deverá atribuir à SP-Urbanismo poderes de veto nas deliberações relativas às matérias disciplinadas nesta lei;

VIII - deverá adotar mecanismos que assegurem aos proprietários de imóveis expropriados e integralizados no fundo de investimento imobiliário ou em sociedade de propósito específico o direito de preferência para a aquisição de lotes decorrentes do loteamento;

IX - deverá ser liquidado após o encerramento das providências relativas ao loteamento do Subsetor E2.

§ 2º. Caberão à SP-Urbanismo as receitas obtidas como cotista do fundo de investimento de investimento imobiliário, a partir da distribuição de resultados ou da alienação de quotas de sua titularidade.

§ 3º. Decorrido o prazo de 2 (dois) anos da promulgação desta lei, poderá a SP-Urbanismo constituir o fundo de investimento imobiliário, nos termos deste artigo, exceto no que se refere ao inciso I do § 1º, devendo selecionar o administrador do fundo por meio de licitação ou outro procedimento autorizado na forma da legislação aplicável.

§ 4º. Caso constituído o fundo de investimento imobiliário pela SP-Urbanismo, os proprietários dos imóveis serão notificados, pela imprensa oficial e em jornal de grande circulação, da abertura de prazo para voluntariamente integralizar tais imóveis no patrimônio do fundo, em troca das respectivas quotas, segundo critérios de avaliação a serem estabelecidos no regulamento do fundo, observada a legislação pertinente.

CONSIDERANDO que o Art. 50. define, o fundo de investimento imobiliário referido no artigo anterior poderá pleitear à SP-Urbanismo que a Municipalidade efetue a desapropriação dos imóveis privados contidos no Subsetor E2 que não tenham sido integralizados em seu patrimônio, hipótese em que a SP-Urbanismo encaminhará a proposta ao Executivo, ao qual caberá editar o competente decreto de utilidade pública, para fins de desapropriação.

§ 1º. Decretada a utilidade pública dos imóveis e estando constituído o fundo de investimento imobiliário referido no “caput”, a SP-Urbanismo promoverá as desapropriações, devendo integralizar os imóveis desapropriados no referido fundo, pelo valor despendido na desapropriação de cada imóvel.

§ 2º. Caso o fundo de investimento imobiliário referido no “caput” se comprometa a efetuar o pagamento das desapropriações, a SP-Urbanismo poderá nomear o fundo, por seu administrador, como seu mandatário para a desapropriação amigável ou para as ações expropriatórias, sob a condição de pagamento em dinheiro, no valor de 10% (dez por cento) da indenização relativa à propriedade do imóvel, fixada para fins de desapropriação, a ser efetuado à SP-Urbanismo quando integralizado o imóvel no patrimônio do fundo, sem prejuízo do disposto no inciso VII do § 1º do artigo 49 desta lei.

§ 3º. Caso todos os imóveis e parcelas ainda não integralizados no fundo de investimento imobiliário tenham sido objeto de declaração de utilidade pública por parte da Municipalidade, o loteamento poderá ser efetuado em etapas, iniciando-se pelas parcelas do subsetor já integralizadas no patrimônio do fundo de investimento imobiliário, passíveis de unificação registrária, admitida a expedição de termos de verificação das obras executadas em tais parcelas e dos correspondentes atos parciais de aprovação do loteamento, aptos a proporcionar o registro de novas matrículas.

REQUEIRO, nos termos regimentais, a essa Douta Comissão, que no exercício de suas atribuições, solicite à Secretaria de Finanças os dados cadastrais completos dos contribuintes localizados no perímetro do Subsetor E2, conforme “MAPA V- PLANTA DE MELHORAMENTOS PÚBLICOS – SUBSETOR E2”, cópia anexa, identificando os contribuintes, seus proprietários,

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente
Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2013

Data da Reunião: 08/05/2013 - Horário: 13:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

endereços, área do terreno, testada, área e ano de construção, regularidade da edificação, existência de débitos e dívidas, valor de cálculo do IPTU e valor venal de referência.

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

14) REQ. URB 18/2013	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
Data do Requerimento: 26/04/2013	

Considerando matéria veiculada no site do Jornal O Estado de São Paulo, no dia 24/04/2013 informando que dos 2.614 pedidos realizados através do Sistema de Licenciamento Eletrônico de Construções - SLC para obtenção de Alvará de construções e/ou reformas, apenas 2 pedidos foram aprovados;

Considerando que a mesma matéria informa que a Prefeitura de São Paulo justificou o baixo número de pedidos aprovados ocorreu em virtude do sistema eletrônico "ter sido implantado sem passar por testes";

Considerando a Publicação do Decreto 53.860, de 25 de abril de 2013, que restringe as categorias de uso do solo passíveis de licenciamento pelo Sistema de Licenciamento Eletrônico de Construções - SLC e extingue a possibilidade de realização de pedidos de desdobros de lotes através do sistema;

Considerando que o Decreto 53.860, de 25 de abril 2013, estabelece que as próximas etapas do Sistema de Licenciamento Eletrônico de Construções serão implantados sob a coordenação da Secretaria Especial de Licenciamentos

Considerando que a lentidão ou imperfeições no processo de licenciamento causam grande dano econômico à cidade e limitam as condições de efetivo controle e transparência que a emissão de alvarás deve ter;

Considerando que a restrição das categoriais de uso passíveis de licenciamento pelo SLC implica na prática em estímulo ou penalidade adicional para projetos, implicando assim em uma decisão com impacto sobre a política urbana do município;

REQUEIRO, nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta Comissão que formalize convite para a Secretária Especial de Licenciamentos, Sra. Paula Maria Motta Lara, para que compareça à esta douta comissão para prestar esclarecimentos acerca dos problemas apresentados pelo Sistema de Licenciamento Eletrônico de Construções - SLC que só permitiram 2 pedidos aprovados pelo sistema e nos esclarecer quais foram as alterações realizadas nos procedimentos para licenciamento de novas obras e/ou reformas através do Sistema de Licenciamento Eletrônico de Construções - SLC, bem como qual o cronograma de implantação das próximas etapas, assim como os procedimentos que serão adotados em relação às categorias de pedidos de alvarás não cobertas pelo sistema.

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente
Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2013

Data da Reunião: 08/05/2013 - Horário: 13:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

15) REQ. URB 19/2013	Ver. PAULO FRANGE (PTB)
Data do Requerimento: 26/04/2013	

CONSIDERANDO a Lei 11.774/95, que estabelece diretrizes e mecanismos para a implantação da Operação Urbana Água Branca, define programa de melhorias, previsto para a área objeto da Operação, bem como, a arrecadação decorrente de outorga onerosa;

CONSIDERANDO que no Quadro de Controle de Estoques de Área Adicional de Construção, posição em 31/03/2013, cópia anexa, o estoque residencial em análise, encontra-se zerado;

CONSIDERANDO que o Projeto de Lei 505/2012 do Executivo estabelece novas diretrizes gerais, específicas e mecanismos para a implantação da Operação Urbana Consorciada Água Branca e define programa de intervenções para a área da Operação e revoga a Lei nº 11.774, de 18 de maio de 1995.

CONSIDERANDO o Art. 2º. Que delimita o perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

CONSIDERANDO que o Art. 37. defini o estoque máximo de potencial adicional de construção residencial de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) metros quadrados e o estoque máximo de potencial adicional de construção não residencial igual a 800.000 (oitocentos mil) metros quadrados, totalizando 1.850.000 (um milhão oitocentos e cinquenta mil) metros quadrados.

§ 1º. Os estoques máximos de potencial adicional de construção, por setor, subsetor e categoria de uso, são os constantes no Quadro IV, anexo a esta lei.

§ 2º. A utilização de potencial adicional de construção para usos residenciais que não correspondam a unidades habitacionais incentivadas fica limitada a 525.000 (quinhentos e vinte e cinco mil) metros quadrados para todo perímetro da Operação Urbana;

REQUEIRO, nos termos regimentais, a essa Douta Comissão, que no exercício de suas atribuições, solicite à Subprefeitura Lapa e a Secretaria Municipal de Habitação, que nos informe, quais são os processos protocolados e não analisados para construção residencial, na referida área da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Quantos metros quadrados eles representam e quanto de potencial adicional de construção residencial necessitam para atender essa demanda

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente
Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2013

Data da Reunião: 08/05/2013 - Horário: 13:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

16) REQ. URB 20/2013	Ver. NABIL BONDUKI (PT); Ver. RICARDO YOUNG (PPS)				
Data do Requerimento: 30/04/2013					
<p>Considerando que o Projeto de Lei 235/2012, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental, foi aprovado em primeira votação nesta Câmara Municipal no dia 24 de abril do corrente;</p> <p>Considerando que não foram realizadas audiências públicas sobre o referido Projeto de Lei;</p> <p>Considerando que o Parecer 439/2013 da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, no qual é citado o Artigo 181 da Lei Orgânica do Município, ressalta a importância da participação da sociedade civil no âmbito da referida política;</p> <p>Considerando que os fundamentos, princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental reforçam a importância da participação da sociedade civil nos âmbitos estaduais e municipais;</p> <p>Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais e tendo em vista o relevante interesse público envolvido, que sejam realizadas audiências públicas visando diálogos e contribuições ao PL em questão, necessários à plena execução da futura Política Municipal de Educação Ambiental, sugerindo a semana de 13 a 17 de maio.</p>					
		Votação: APROVADO			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		
17) REQ. URB 21/2013	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)				
Data do Requerimento: 02/05/2013					

Considerando que a maior parte da modelagem para a Parceria Público Privada da Casa Paulista para o programa de construção de moradias no centro de São Paulo foi realizada pelo Instituto Urbem;

Considerando a visão inovadora para resolver de forma integrada diversos problemas urbanos da cidade a partir de ações modernas e em parceria entre o setor privado e as diversas esferas de governo com a construção de uma visão mais completa da cidade que tanto garante direitos como estimula a convivência entre os cidadãos;

Considerando o avançado estudo realizado pelo Urbem ao custo de R\$ 30 milhões, com o emprego de dezenas de profissionais contratados tem sido divulgado sistematicamente pela imprensa;

Considerando que o Instituto Urbem está empenhado em grande campanha pela substituição das vagas de Área Azul por um modelo de PPP para construção de Estacionamento Verticais e redesenho das áreas de calçadas e mobiliário urbano garantindo maior interação social e uma vida urbana mais ativa visando revitalizar as áreas centrais da cidade;

Considerando que há grande aderência destas propostas do Instituto Urbem a algumas políticas defendidas pelo Executivo Municipal;

Considerando que o município de São Paulo tornou-se parceiro deste projeto de PPP para a construção de 22 mil unidades de moradia no centro expandido, destinando ao mesmo R\$ 420 milhões;

Considerando que esta importante PPP pode contribuir de forma significativa para a redução do déficit habitacional na cidade, bem como para melhorar a relação entre as densidades de moradia e emprego na região central da cidade.

Requeiro à presidência desta douta Comissão seja oficiado ao Executivo, à Casa Paulista e ao Instituto Urbem o pedido das seguintes informações:

- 1.Qual o instrumento que embasou a participação do município na Parceria Público Privada do Casa Paulista para a construção de 22 mil casas no centro expandido?
- 2.Quais foram os estudos jurídicos que embasaram esta parceria, solicitando remessa de cópia dos mesmos e de outras manifestações pertinentes ao assunto;
- 3.Quais os estudos urbanísticos realizados pelo Executivo municipal embasaram a participação na parceria, e remessa de cópias dos mesmos?
- 4.Solicitar cópia do projeto do Instituto Urbem vencedor do concurso da Casa Paulista e dos demais concorrentes, bem como do plano de modelagem final, com a indicação dos aproveitamentos de cada proposta;
- 5.Solicitar ao Instituto Urbem a apresentação dos projetos de recuperação urbanística já realizados pelo Instituto;
- 6.Solicitar ao Instituto Urbem a relação dos profissionais e escritórios contratados para a elaboração dos estudos para a PPP e o quadro fixo de profissionais;
- 7.Solicitar ao Instituto Urbem que apresente sua proposta para a substituição de vagas de Zona Azul por estacionamentos Verticais construídos em regime de PPPs.

Votação: APROVADO

	Favor	Contra	Abst.
Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)	X		
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente
Pauta da 9ª Reunião Ordinária de 2013

Data da Reunião: 08/05/2013 - Horário: 13:00 horas

Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar